

ANTONIO HOUAISS
E UMA POLÍTICA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA
Emmanoel Santos (UFRJ)

O livro, já em terceira edição, “O Português no Brasil”, de Antônio Houaiss, não se apresenta em seu título como um trabalho sobre política de língua. Na mesma linha, em nenhum dos títulos de seus doze capítulos aparece a expressão “política de língua”, embora o capítulo “Uma Hierarquia Política de Línguas”, pela presença da palavra “política”, possa trazer o assunto à lembrança. Assim, indo aparentemente contra os rótulos da obra, minha intenção aqui é demonstrar que se trata de um trabalho que tem como alvo principal a proposta de uma política de língua; no caso, uma política para a língua portuguesa.

Não que haja no livro uma fuga ao título principal, que promete uma apresentação do português **no** Brasil. Esta apresentação é feita exaustivamente e, como o autor se dirigia a um público muito amplo e vago, de maneira bem didática, dispensando maiores conhecimentos prévios sobre o assunto. O autor vai além do caso brasileiro, posto que não teria sentido, dada a posição de Houaiss em relação à lusofonia, apresentar as variantes brasileiras da língua com total esquecimento das demais. Toda essa apresentação, porém, é uma fundamentação para as propostas (que são inequivocamente de uma política de língua) feitas no capítulo final, sob o título denunciador (e portanto já revelador)) de “A Lusofonia em Crise”.

Assim, se procuro desentranhar dos capítulos anteriores (e que evidentemente formam o corpo principal da obra) o que diria respeito a uma política de língua, em vez de ir diretamente ao capítulo final, é para ter o gosto de dialogar com idéias pontuais de Antônio Houaiss e relacionar posições suas com as de outros que se preocuparam com uma política para a nossa língua, bem como com pesquisas conduzidas por mim.

No capítulo de apresentação, o autor coloca seu assunto sob a forma de perguntas, que eu numero para fins de melhor identificação: 1. Falamos e escrevemos ainda o português?

2. Há, política e culturalmente, interesse em abandonarmos o mundo da lusofonia (isto é, da língua portuguesa)?

3. Está em crise a língua que falamos e escrevemos no Brasil?

4. Há medidas político-culturais que devam ser tomadas em prol de nossa língua?

Com relação à primeira questão, Houaiss dá a palavra aos que acreditam que já não falamos a mesma língua que era comum no passado. Esta nossa língua de hoje esteve sob a ação de fatores que não a atingiram na metrópole: novos meios naturais, novas sociedades, novas culturas (como as indígenas e africanas). Tornou-se, assim, uma nova língua, que poderia ser chamada de “brasileiro”. Tenho acesso muito limitado às crenças a respeito cultivadas em outros pontos da lusofonia, mas acompanho de perto o que ocorre no Brasil e em Portugal. Tenho dados para garantir que é assumida nos dois lados (no Brasil quase certamente por uma minoria) essa crença de que são línguas distintas o que se fala no Brasil e em Portugal. Podemos levar mais lenha para a fogueira dos que pregam a total separação, lembrando que também em Portugal a língua se transformou com o tempo, pela inevitável ação da mudança lingüística. A língua muda para se adaptar à cultura a que serve. E a cultura muda. É óbvio que o Portugal de hoje não tem o mesmo perfil cultural do Portugal da época dos descobrimentos. Portanto, mudanças dos dois lados agem cumulativamente para tornar diferente o que antes era semelhante. Podemos dizer que havia um “português” no passado, que era língua comum aos de lá e aos de cá. Essa língua modificou-se aqui e tornou-se o “brasileiro”.

Com esta base, existem então portugueses que afirmam que “o que se fala no Brasil já não é o português”. Porque mudou. Mas, como a língua que era comum em Portugal também mudou, lembra com humor Ivo de Castro a seus patrícios que, pelas mesmas razões que eles invocam, “o que se fala em Portugal já não é o português”. Uma possibilidade seria, como Houaiss adota, de chamá-lo de “lusitano”. Resumindo para clareza: teríamos então uma língua, o “português”, que sofreu mudanças distintas, de uma resultando o “brasileiro” e, de outra, o “lusitano”.

O ponto fraco dessa posição, que Houaiss aponta, é que são arrolados não os elementos que são comuns ao Brasil e Portugal, mas os diferenciais. Estes são diferenciais orais, estilísticos e outros que já apontam para o léxico, com inovações sem compromissos com as raízes portuguesas. (Mesmo no terreno do léxico, mostra o autor a superioridade dos elementos de igualdade. p.24) Pela via dos diferenciais, chegaríamos à conclusão de que existem várias línguas em

Portugal e outras várias no Brasil. Ou seja, vários “lusitanos” e vários “brasileiros”.

Neste ponto um lingüista certamente se demoraria para discutir questão de problemática resposta: que diferenças são cruciais para se determinar se estamos na frente de línguas distintas ou de variantes da mesma língua? Outra pergunta: o que estamos querendo exatamente dizer com a palavra “língua”? Houaiss, porém, apresenta logo sua conclusão sem revelar em que se baseia. Reconhecendo que está invertendo processos, escreve: “Sejamos diretos: não escondemos a convicção de que nossa é a língua portuguesa, porque é de quem fala a partir de seu nascimento – o que é dito como língua vernácula.” Ou seja, ele afirma que a língua que falamos é nossa, mas não adianta, por ora, porque essa nossa língua é a língua portuguesa. Mas logo antecipa o que realmente lhe interessa, em trecho onde fica evidente que sua crença na unidade lusófona tem um aspecto conativo que revela sua política de língua:

Buscaremos, em exposição tão clara e tão não-tecnificada quanto nos for possível, discutir tais assuntos, com vistas, sobretudo, a questões atuais e futuras que devem animar os que crêm que uma língua de cultura como a portuguesa é um bem comum que funda e fundamenta um universo que interessa aos seus usuários ou utentes preservar, para bem de sua condição humana, sem xenofobia ou horror, nem subserviência, ao estrangeiro.

Houaiss não escamoteia a diversidade. Ao contrário, faz dela uma descrição bem detalhada. No caso brasileiro, que ele examina em profundidade e extensão, existem duas diversidades, a diversidade de línguas e a diversidade de dialetos. Mas essa diversidade de línguas acaba por colocar em evidência uma unidade. Ao contrapor a língua da maioria às muitas outras faladas no país, torna essa língua majoritária reconhecível como uma unidade.

No que diz respeito à modalidade escrita essa unidade é mais claramente vista. Sempre mostrei a meus alunos como o formalismo escrito apaga as diferenças dialetais. Houaiss se refere a toda a lusofonia:

...por ser de cultura, e de cultura gráfica, isto é, escrita, é possível escrever dezenas, centenas, milhares, milhões de frases em português que não têm geografia, isto é, que servem para todos os que sabem ler o português, como se fossem eles mesmos os seus escreventes: desde ordens práticas como “quero beber” até aforismos como “quem tudo quer tudo perde” (...) o nível ou eixo da extensão geográfica não interfere em frases (textos, discursos) escritas tais.

Existe em qualquer língua uma diversidade oral de dialetos e de registros que todos nós conhecemos. Nem por isso é postulado que constituem línguas distintas. É por esse caminho que Houaiss vai negar a existência dos tais “lusitano” e “brasileiro” (Ver 2.4.3, na pág. 19). Antes lembra, para condenar, a política assumida pelo ensino de língua, no Brasil e em Portugal, durante um grande lapso de tempo. Coloca o início por volta de 1820 e o fim, muito generosamente, na minha opinião, por volta de 1920. Essa política de ensino queria impor uma unidade impossível em língua, com uma gramática única, sem variações no uso, atingindo até a pronúncia. Escreve:

Supor que uma língua de cultura possa ser uniformemente usada na expressão de seus pólos languageiros (o infantil, o juvenil, os etários; os locais, os regionais; os profissionais, os culturais, e, “dentro” de cada usuário, os estados emotivos, afetivos, racionais vários) é supor algo que, a ter existência, só teria ocorrido em línguas naturais de número ínfimo de usuários localizados num espaço também restrito.

É bem conhecido o interesse de Houaiss pelo léxico e pela unidade ortográfica. No livro em questão ambos os interesses apontam para uma dupla política de língua: união, no caso da ortografia, e fortalecimento da língua comum, no caso do léxico. É apenas esboçada uma defesa da unidade da ortografia, que ele defendia. O autor registra apenas sua opinião de que *essa unidade ortográfica seria fácil de se obter, desde que os negociadores partissem de pressupostos comuns, o mais elementar dos quais é que a ortografia não vise a registrar as variantes de pronúncia de cada mesma palavra, mas a mesmice dessa palavra acima ou abaixo das variantes de sua pronúncia.*

Quanto ao léxico, lembra ele que vai do uso de cerca de três mil palavras pelo usuário comum, com poucas ou nenhuma leitura, até o de, mais ou menos, quatrocentas mil palavras de um usuário ideal, *dependente da escrita e de instrumentos lingüísticos chamados de dicionários, vocabulários, glossários, terminologias etc. Com as três mil palavras dos usuários menos culturalizados é possível, por combinações de unidades, chegar a um número dez vezes superior de termos ou noções compostas ou compósitas; com as quatrocentas mil, é possível chegar a sete milhões de termos (ou mais).* E arremata, com evidente sugestão de uma política positiva a respeito:

Como língua de cultura, a portuguesa está desaparelhada, pois não há língua de cultura que possa perdurar ou atualizar-se, hoje em dia, sem aprofundada pesquisa de suas palavras – lexicologia – e conseqüentes armazenagens – lexicografia – já em livro, já em computadores. (p. 19)

Em uma tal apresentação da língua e de sua história, não seria possível deixar sem registro e comentários as políticas de língua dos jesuítas e de Pombal. Seu elogio aos jesuítas, por partir dele é, desde logo, insuspeito. Admite que a ação no Brasil dos discípulos de Loyola poderia ser objeto de controvérsia, mas a verdade é que não se pôde propor na prática uma alternativa. Qualquer alternativa, *mesmo que não melhor*.

São os jesuítas credores – em variadíssimos pontos do território – de uma ação catequética que teve muito mais de educadora, para a vida social que se erguia, do que de conversora. A qualidade da ação jesuítica se define pelo nível de seus missionários, pelo nível de sua formação pessoal e ordinal insuperavelmente superior, pela política indigenista adequada aos objetivos coloniais ditos civilizatórios, pela compreensão precoce de que a língua geral de base tupi-guarani era o caminho... (p. 147)

Portanto, os jesuítas foram os pioneiros no estabelecimento de uma política de língua por aqui, política associada a outras, não lingüísticas, todas em desacordo com os interesses da metrópole e seus agentes. A ação de Pombal, que tinha políticas diferentes, inclusive a de língua, encerraria uma atuação de quase três séculos em que *foram os jesuítas os educadores no Brasil*. (p. 147) A educação escolarizada prosseguiu, mas atingindo uma fração mínima da população e *o ensino das primeiras letras foi precário até adentro do século XX, até 1920*. (p. 148) Mas, apesar das deficiências que o ensino primário apresenta até hoje e que ele aponta, Houaiss acredita que esse ensino influenciou o que ele chama de “espectro linguageiro” do país. Esse ensino pode e deve ser melhorado *como ensino de língua de cultura – caso contrário, piorar será catastrófico, porque tenderemos a ser um mosaico de línguas “naturais” ainda que intercomunicantes em baixo nível de comunicação*. Conclui:

Afinal, o problema é de melhora geral: nutricional, alimentar, habitacional, indumentária, locomocional, librária, lúdica, hedonística, linguageira: não se trata de “uniformizar”, mas de fazer um fazer social em que seus partícipes, produtores, usuários, utentes, cheguem dos bens naturais aos culturais, da língua natural à língua de cultura. (...) E a solução desse repto não haverá, se se “baixar” o nível de comunicação, senão que dando à massa os recursos com que possa optar por mensagens – quer “rebaixantes” quer “relevantes” – que não sejam geridas apenas por lucratividade ou índices de audiências. (p. 150)

Atingir essa língua de cultura, que o autor tem como alvo, passa necessariamente pela modalidade escrita:

É mister insistir nesse fato: ser língua de cultura realça não apenas a face falada, mas também e necessariamente a face escrita (que, se não cultivada lusofonicamente, terminará por deixar de ser universal nesse mundo da lusofonia, acarretando, pelo retorno à pura oralidade, uma dialeção que, breve, deixará de ser intercomuni-

cante). Ser língua escrita quer dizer a possibilidade de dirigir-se a interlocutores (e, sobretudo, interleitores) que sejam universais dentro da lusofonia – como está implícito quando se escreve um tratado ou ensaio de física, química, biologia, demografia, direito etc. (p. 28)

No início do livro (p. 34) Antônio Houaiss levanta duas hipóteses de futuridade para a lusofonia. Uma seria o abandono ou não incrementação dos vínculos culturais ainda existentes. Nessa hipótese a intercomunicação e a afinidade de expressão acabarão por ser perdidas. A outra seria a adoção de

uma política linguageira, liberta de opções políticas subreptícias, em que as partes regularão convencional e consensualmente enormes áreas linguageiras em que, por se tratar de língua de cultura, a ação cultural é fecunda e tendencialmente unificadora naquele ponto em que a unidade se compatibiliza com a diversidade. (p. 34)

É claro que esta última é a opção que Houaiss assume. Ele, porém, adverte que *a preliminar, para isso, é que a política lingüística de Portugal e do Brasil e da lusofonia possa ter caracteres comuns tão comuns quanto possível*. (p. 34) Essa política de língua incluiria necessariamente a realização de um dever de casa, porque

Queiramos ou não queiramos, esse é o dilema do Brasil (e de cada país soberano da lusofonia) na sua língua: ou incrementamos a sua língua comum, ou tendemos (e, com o tempo, seremos) um universo em que teremos alijado, por imprevidência própria, a lusofonia – portuguesa, africana, asiática e oceânica. (...) O fato é que, cada tempo, cada dia, cada hora, se confirma que uma língua, quanto mais comum for ao maior número de homens, faz de cada um desses homens um ser potencialmente mais convivente com outros homens...(p. 133)

Todos os capítulos anteriores, mesmo sendo em sua maioria recapitulação da história externa da língua, conduzem para um capítulo final cuja função já é sinalizada pelo título: *A Lusofonia em Crise*. Não se trata da costumeira lamentação sobre a crise da língua vernácula. É a lusofonia que é vista em posição crítica para motivar a postulação de uma política lingüística que a tire dessa posição, posição que é confortável no presente, pois a lusofonia está entre as cinco ou sete grandes fônias do mundo atual. Contudo,

Importa também ver-lhes os pontos débeis, para que se esboce, em breve futuro, uma dupla política lingüística articulada entre os sete países soberanos da lusofonia. Pois será ocioso postular as vantagens que a lusofonia auferirá como um todo, caso possa adotar políticas lingüísticas compatíveis entre os seus sete membros. Perdurando - como infelizmente perdura – em certas seções sociais a convicção de que a “sua” língua é que é a portuguesa, a dos outros *pretoguesa*, não há possível bom augúrio para a lusofonia. (p. 154)

Antônio Houaiss passa ao largo da falada crise sempre em pauta nos diferentes pontos da lusofonia. É problema não só do português. Ele exemplifica com o inglês. Língua com trezentos milhões de falantes vernáculos e mais de seiscentos milhões de outros que o usam como segunda língua, tem, necessariamente, por força de sua função de língua franca, que sofrer influências, *que não podem ser capituladas em maléficas ou benéficas*, assegura o autor. Compatibilizar o uso vernáculo com o uso como língua franca é tarefa de qual os anglófonos estão dando conta. (Observe-se o que escreveu George Bernard Shaw). Já em relação ao português, sofreu grandes prejuízos decorrentes dos acontecimentos históricos da última década.

O desprezo quase oficial do salazarismo ao “brasileiro” e “ultramar” em geral – *pretogueses* – como línguas degradadas foi sensível e repercutiu até hoje em muitos meios “metropolitanos”; a incompetência clamorosa pós-revolução de 1964 do Brasil em matéria de ensino, em particular da língua, se teve repercussões na lusofonia (e as teve, por omissão), só poderia ser negativa; os condicionalismos políticos de Portugal e do Brasil para com os países lusofônicos da África foram maus predisponentes; as amputações sofridas no interregno – na Índia e no Timor – tudo isso não serviu para estimular o advento de um impulso positivo no corpo da lusofonia.

Antonio Houaiss, então, apresentou e fundamentou suas respostas em relação às perguntas que fez. Ainda falamos e escrevemos o português. Não há interesse político e cultural em abandonarmos o mundo da lusofonia. A crise lingüística existe, mas ele a coloca com mais ênfase na lusofonia, que considera em perigo. Há medidas político-culturais que devem ser tomadas e que formam a sua proposta de uma política de língua.